



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Abrigo ancentral da cultura Mbyá Guarani: arquitetura participativa na comunidade indígena Tekoa Pyaú – Santo Angelo/RS¹

Amanda Schneider Senger

Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa/RS

Fabiana Bugs Antocheviz

Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa/RS

Sessão Temática 13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência

Resumo. O objetivo deste artigo é identificar carências habitacionais e de equipamentos urbanos em aldeias Mbyá Guarani, considerando a participação da comunidade local e a preservação da sua identidade cultural. Como área de estudo foi selecionada a aldeia indígena Tekoa Pyaú, localizada no Distrito da Ressaca da Buriti, situado no interior do município de Santo Ângelo/RS, na região dos Sete Povos das Missões. Como metodologia, foi realizada inicialmente uma revisão bibliográfica sobre o contexto dos povos indígenas no Brasil e o levantamento de dados demográficos procurando entender as diferenças entre as diferentes etnias existentes, especialmente no tocante à cultura Mbyá Guarani. Adicionalmente, foi feito um levantamento físico da aldeia Tekoa Pyaú e aplicação de entrevistas com o cacique e com demais membros da comunidade e de mapas mentais com as crianças para entender as principais demandas e definir intenções e condicionantes projetuais. Como resultado identificou-se a relevância da aplicação de técnicas construtivas e materialidades conforme a cultura local, além da participação da comunidade em todas as etapas de projeto e construção. Destaca-se também a importância da maior integração da aldeia com o restante do município através, por exemplo, de espaços para a qualificação profissional indígena e para o recebimento de turistas.

Palavras-chave. Etnia Mbyá Guarani; participação da comunidade; identidade cultural; autonomia tecnoconstrutiva; integração social.

Ancient shelter of the Mbyá Guarani culture: participatory architecture in the Tekoa Pyaú indigenous community – Santo Angelo/RS

Abstract. *The purpose of this article is to identify housing and urban equipment shortages in Mbyá Guarani villages, considering the participation of the local community and the preservation of its cultural identity. As a study area, the Tekoa Pyaú indigenous village was selected, located in the District of Ressaca da Buriti, located in the interior of the municipality of Santo Ângelo/RS, in the region of Sete Povos das Missões. As a methodology, a bibliographic review was initially carried out on the context of indigenous peoples in Brazil and the survey of demographic data seeking to understand the differences between the different existing ethnic groups, especially with regard to the Mbyá Guarani culture. Additionally, a physical survey of the Tekoa Pyaú village was carried out and interviews were applied with the persimmon and with other members of the community and mental maps with the children to understand the main demands and define design*

¹ Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa/RS

intentions and constraints. As a result, the relevance of applying constructive techniques and materialities according to the local culture was identified, in addition to community participation in all stages of design and construction. Also noteworthy is the importance of greater integration of the village with the rest of the municipality through, for example, spaces for indigenous professional qualification and for receiving tourists.

Keywords: Mbyá Guarani ethnicity; community participation; cultural identity; technoconstructive autonomy; social integration.

Antiguo refugio de la cultura Mbyá Guarani: arquitectura participativa en la comunidad indígena Tekoa Pyaú – Santo Angelo/RS

Resumen. *El presente artículo tiene como objetivo identificar las carencias habitacionales y de equipamiento urbano en las aldeas Mbyá Guarani, considerando la participación de la comunidad local y la preservación de su identidad cultural. Como área de estudio, fue seleccionada la aldea indígena Tekoa Pyaú, ubicada en el Distrito de Ressaca da Buriti, ubicado en el interior del municipio de Santo Ângelo/RS, en la región de Sete Povos das Missões. Como metodología, inicialmente se realizó una revisión bibliográfica sobre el contexto de los pueblos indígenas en Brasil y el levantamiento de datos demográficos, buscando comprender las diferencias entre las diferentes etnias existentes, especialmente en lo que se refiere a la cultura Mbyá Guarani. Además, se realizó un levantamiento físico de la aldea Tekoa Pyaú y se aplicaron entrevistas con el caquí y con otros miembros de la comunidad y mapas mentales con los niños para comprender las principales demandas y definir intenciones y restricciones del diseño. Como resultado se identificó la pertinencia de aplicar técnicas y materialidades constructivas acordes a la cultura local, además de la participación de la comunidad en todas las etapas de diseño y construcción. También se destaca la importancia de una mayor integración de la aldea con el resto del municipio a través, por ejemplo, de espacios de capacitación profesional indígena y de recepción de turistas.*

Palabras clave: etnia Mbyá Guarani; participación comunitaria; identidad cultural; autonomía technoconstructiva; integración social.

1. Introdução

A colonização europeia do continente americano, a partir do século XV, ocasionou a alteração de padrões de ocupação espacial dos povos autóctones caracterizada pela disseminação de epidemias, massacres, escravização, catequização, expropriação territorial e confinamento (CCDH, 2010). Neste sentido, identifica-se a chegada do homem europeu como o momento em que se caracteriza o fim de um ciclo de desenvolvimento da cultura Guarani representado pela modificação e pelo declínio dessa cultura. O homem europeu, com seus diferentes costumes, passa a impor a sua forma de se organizar, viver e se relacionar, o que resulta em um processo de aculturação que, através dos séculos, se sobrepõe a paisagem cultural Guarani (SOUZA; VICTAL; BEL, 2016). Assim sendo, depois do contato entre culturas tão diversas e de décadas de relações coloniais de dominação e de desconsideração do outro, o povo ameríndio sofre consequências que perduram no tempo e que ainda hoje podem ser percebidas em várias manifestações presentes na sociedade brasileira, resquícios de uma visão colonialista e de desprezo pelas culturas dos povos originários (MADERS; BARCELOS, 2021).

Os indígenas, assim como outros povos, transformam-se no contato com outras culturas, adquirindo novos hábitos e conhecimentos. Sua cultura está em contínua mudança, mas, de modo diferenciado, consideram-se e são considerados distintos do restante da sociedade brasileira. No entanto, são cidadãos plenos, com os mesmos direitos e deveres que os demais habitantes do país, porém contando também com direitos específicos (PORTELA; MINDLIN, 2008). Contudo, ainda hoje permanece no imaginário da população a ideia do “índio tradicional”, como se estes povos ainda vivessem da mesma maneira como a 500 anos atrás. Outra ideia ainda bastante presente é a de que todo indígena é igual (Figuras 1 e 2), com os mesmos costumes, valores e crenças, independente da etnia à qual pertencem, como se existisse um único grande grupo de indígenas em todo o país, inclusive daí surge o termo equivocado “índio” (PIMENTEL, 2012).



Figura 1. Estereótipo generalista do “índio” (fonte: elaborada pelos autores).



Figura 2. Diferentes etnias indígenas (fonte: elaborada pelos autores).

Todavia, para conhecer e valorizar a cultura do outro deve haver uma abertura para a educação intercultural, onde se considera o modo singular de cada grupo ver e interagir com a realidade, sugerindo a valorização do sujeito através do entendimento deste como produtor de sua cultura, pois ela é construída não abstratamente, mas pelas diferentes formas das pessoas de viver e estabelecer suas relações (MADERS; BARCELOS, 2021). Só é possível valorizarmos algo do qual se possui conhecimento, pois sem ele não existe a capacidade de entender e de reconhecer valor sobre algo alheio ao modo de enxergar e vivenciar o mundo. Assim, colocar diferentes culturas frente a frente, pode gerar diálogos interessantes.

Para os povos indígenas é de extrema importância, por exemplo, possuir um espaço territorial para estabelecer sua comunidade. Porém, a simples garantia deste espaço, através da demarcação de terras, não assegura sua sobrevivência (DEZORDI, 2016) pois, seu sustento não é baseado apenas na roça, mas também na caça, na pesca e na coleta de frutos e raízes, o que gera a necessidade de uma grande extensão de terra e de florestas (PORTELA; MINDLIN, 2008). Ainda assim, quase sempre restam apenas pequenas porções de terra para os indígenas, insuficientes para a subsistência alimentar, sem água potável, saneamento básico, circundadas por rios e lagos contaminados e poluídos, o que faz com que esses povos dependam de doações e cestas básicas para sobreviver quando não são amparados pelo Estado (CCDH, 2010). Dessa forma, percebe-se necessário promover o conhecimento sobre sua cultura, para que através dele, possamos proteger os povos originários, contribuindo para a manutenção de seu modo de vida, que só pode prosseguir através da disponibilidade de espaços propícios para suas atividades cotidianas e de subsistência.

No entanto, no Brasil são historicamente recorrentes intervenções arquitetônicas que desconsideram a cultura e modo de vida das populações indígenas, interferem em suas formas de organização social e ambiental e acabam prejudicando suas atividades cotidianas (ZANIN, 2018). Geralmente, observa-se a tendência de serem executados projetos padronizados, racionais e econômicos para resolver essas demandas. No Rio Grande do Sul, bem como em outros estados do país, podem ser observadas intervenções que se repetem em territórios de diferentes povos indígenas, sem considerar as especificidades culturais e as características do contexto local e regional, como, por exemplo, a adequação ao clima, que está relacionada à qualidade do ambiente construído (ZANIN, 2018). Sendo assim, este artigo tem como objetivo identificar carências habitacionais e de equipamentos urbanos em aldeias Mbyá Guarani, considerando a participação da comunidade local e a preservação da sua identidade cultural.

2. A chegada dos jesuítas no Brasil e no Rio Grande do Sul

Por volta de 1549, por incentivo da igreja católica, chegam ao Brasil os padres jesuítas, pertencentes à ordem religiosa da Companhia de Jesus. Essa ordem tinha como objetivo a catequização dos indígenas, convertendo-os à fé católica através da pregação do evangelho. Além da catequese, os indígenas eram obrigados a trabalhar na terra como forma de produzir mantimentos e gerar renda através da comercialização da produção excedente, tal qual o modo de vida europeu. Também realizavam trabalhos com pecuária e artesanato, enquanto as

crianças iam à escola. Esses aspectos culminaram em uma tentativa de aculturação, por parte dos jesuítas, ao tentar impor aos nativos hábitos, costumes e crenças que não eram seus (SILVA, 2022).

Assim, o ato de desconsiderar conhecimentos, técnicas e formas tradicionais de ocupar e viver no território, através da concentração e aglomeração dessas populações indígenas em um mesmo espaço servia também como solução para diversos entraves na questão fundiária brasileira da época, deixando a terra livre para a implantação da política da lei de terras, funcionando também como um ponto de apoio para os colonos que adquirissem terras no interior do Brasil (SOUZA; VICTAL; BEL, 2016). Esse modelo de reduções jesuítas foi implantado em grande parte do país, inclusive no Rio Grande do Sul. Por quase 160 anos (1609 a 1768), os jesuítas fundaram trinta reduções em território habitado pelo povo Guarani, hoje dividido entre Argentina, Paraguai, Brasil e Bolívia. Destas reduções, sete localizavam-se no estado do Rio Grande do Sul (Figura 2), os chamados “Sete Povos das Missões” (SANTOS, 2017).

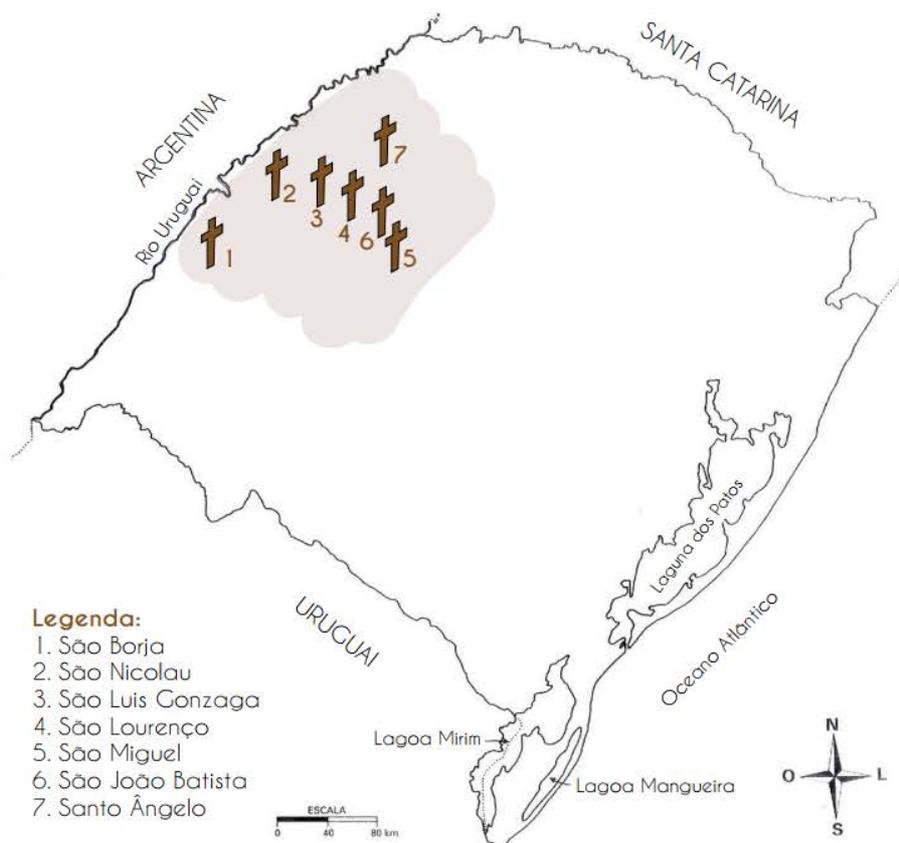


Figura 2. Mapa de localização dos Sete Povos das Missões. (fonte: elaborada pelos autores).

Os objetivos iniciais dos aldeamentos eram a formação de vilas para a defesa do território e a tentativa de “civilizar” os indígenas ao determinar como esses deveriam se organizar, produzir e viver visando atender às necessidades dos europeus (SOUZA; VICTAL; BEL, 2016). As principais atribuições das reduções foram a doutrina da religião, da língua, da cultura e dos costumes dos brancos, tendo como objetivo principal a evangelização dos povos indígenas, salvando-os de crenças pagãs (GARBOSSA; SCHIER, 2017).

Assim sendo, o projeto das reduções jesuíticas colocava os povos indígenas como súditos do rei, vassallos em sua própria terra e seres socialmente inferiores aos portugueses (GOMES, 2012). Dessa maneira, através das divergências políticas entre Portugal e Espanha, pela disputa das terras brasileiras, inicia-se o período de declínio das reduções. Assim, esses complexos coloniais e a Companhia, de um lado, objetivando a catequização dos indígenas, as bandeiras e o Exército, de outro, pretendendo utilizá-los como mão de obra escrava, vieram a chocar-se, pois os padres e indígenas não queriam abandonar suas reduções de origem, o que resultou no massacre da

civilização dos Sete Povos seguida pela expulsão dos jesuítas de Portugal e de todas as suas colônias (BOSI, 2014). Portanto, os sete povos das missões tiveram grande importância na história do Rio Grande do Sul, pois deram origem a cidades prósperas, que delimitaram fronteiras e tiveram grande contribuição cultural para o atual folclore gaúcho (SCIENZA, 2018).

3. O contexto atual dos povos indígenas no Brasil e no Rio Grande do Sul

O Brasil pode ser considerado uma enorme potência pluriétnica por possuir diversas culturas dentro de seu território, imagem essa vendida externamente para atrair turistas. Na teoria, parece incrível conviver com tantas culturas diferentes dentro de uma mesma nacionalidade. Porém, na prática, ainda temos muito a aprender quanto ao respeito com o diferente (ANDRADE, 1999). Para os indígenas, especificamente, essas indagações mostram que os problemas a serem enfrentados são muito mais profundos que a demarcação (ou não) de suas terras. Trata-se de pensar quais valores são indispensáveis para nortear as relações entre as pessoas e suas diferentes culturas (CCDH, 2010).

O procedimento de demarcação de terras, determinado como dever da União pela Constituição Federal, é um processo longo e demorado, por possuir muitas etapas e envolver diversos profissionais e órgãos públicos. O início desse processo acontece através da criação de um grupo técnico de trabalho, que deve realizar levantamentos em campo e buscar informações em todos os espaços onde há notícias pertinentes à área em questão. A comunidade indígena também deve atuar diretamente nas etapas de identificação e delimitação da área em estudo. As informações coletadas são utilizadas para criar o relatório de identificação e delimitação da terra estudada, que deve provar que a terra foi tradicionalmente ocupada pelos índios. Os estudos são analisados pelo Presidente da FUNAI, que confirmará se a área é indígena ou não. Após a confirmação, se não houver discordância das partes envolvidas, o procedimento é encaminhado para o Ministério da Justiça, para análise da proposta. Aprovado pelo Ministro da Justiça a terra será declarada como sendo de ocupação tradicional do grupo indígena e reconhecida formalmente. É por este motivo que muitas terras indígenas levam anos para concluir o processo demarcatório, causando diversos conflitos ao longo do caminho (CCDH, 2010).

Atualmente, os registros da Funai contam com 680 áreas indígenas, dentre as quais 443 se encontram homologadas/regularizadas, enquanto 237 se encontram sob análise. Essas áreas (Figura 2) representam 13,75% do território brasileiro, distribuídas por todo seu território (FUNAI, 2021). Hoje, segundo dados do último censo do IBGE (2010), a população brasileira soma 190.755.799 milhões de pessoas, das quais segundo a FUNAI (2013), 817.963 mil são indígenas, (Figura 2) (0,42% da população), representando 305 diferentes etnias e 274 línguas indígenas, distribuídos ao longo todo o território nacional.

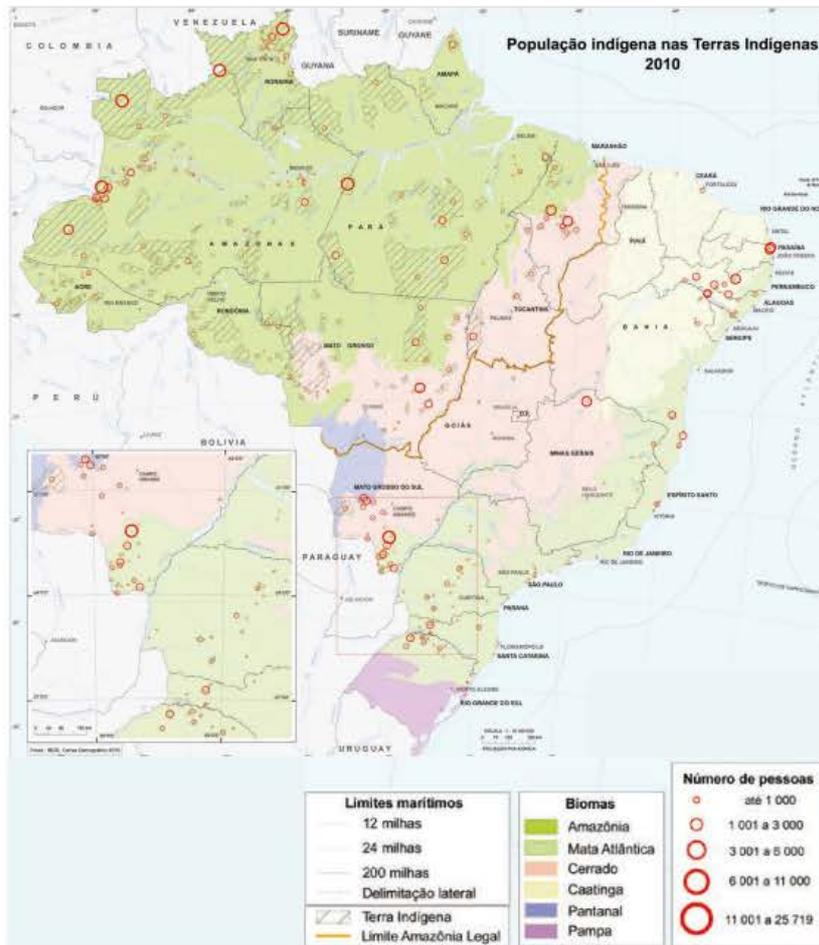


Figura 2. Distribuição das Terras Indígenas Regularizadas por região administrativa. (fonte: FUNAI, 2021).

Além disso, a maioria das Terras Indígenas (61%) encontram-se em zonas rurais (Figura 3), afastadas das cidades (IBGE, 2010). Atualmente, mais de 90% das terras indígenas são atingidas por alguma forma de invasão que ocorrem de diversas formas: por ação de mineradoras, garimpos, madeireiras, fazendas de gado, empresas da área de cosméticos e de farmacêutica ou pequenos agricultores, construção de estradas federais, regionais ou municipais, hidrelétricas e, até mesmo, de pequenos povoados ou cidades pequenas (PORTELA; MINDLIN, 2008).

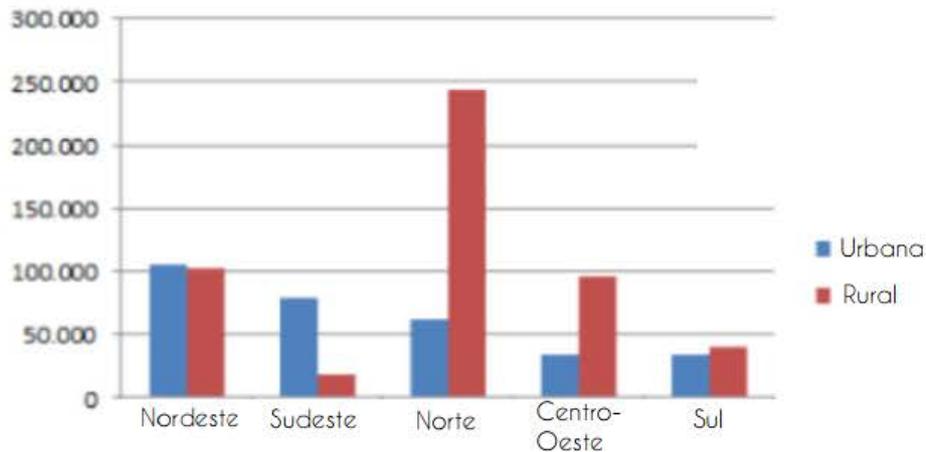


Figura 3. Divisão da população indígena entre zonas urbanas e rurais. (fonte: IBGE, 2010).

As regiões Sul e Sudeste do Brasil concentram a menor quantidade de populações indígenas. Neste contexto, São Paulo, no sudeste, e o Rio Grande do Sul, no sul, são os estados com maior número de indígenas nas suas regiões (IBGE, 2010). Considerando a população indígena total do

Brasil, 18.266 (3,53%) está no Rio Grande do Sul (Figura 4), possuindo 140 áreas indígenas, das quais, 29 são demarcadas em 41 municípios, ocupadas por kaingangues, de maior população, Guaranis, Guaranis Mbyá e grupos mistos (FUNAI, 2010).

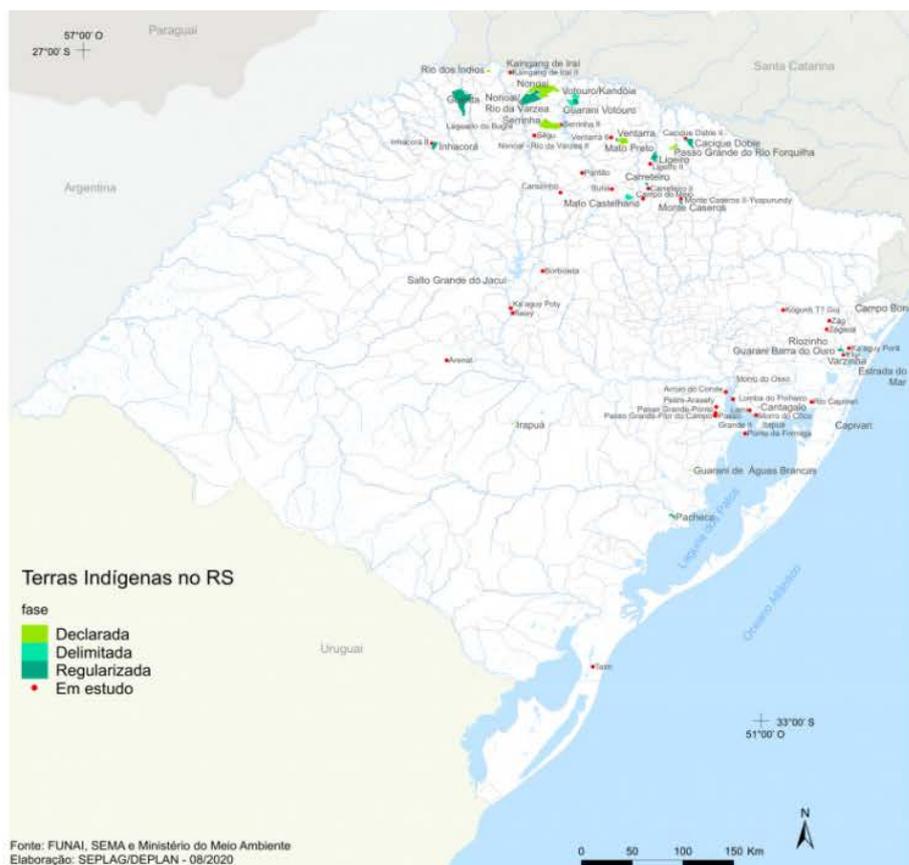
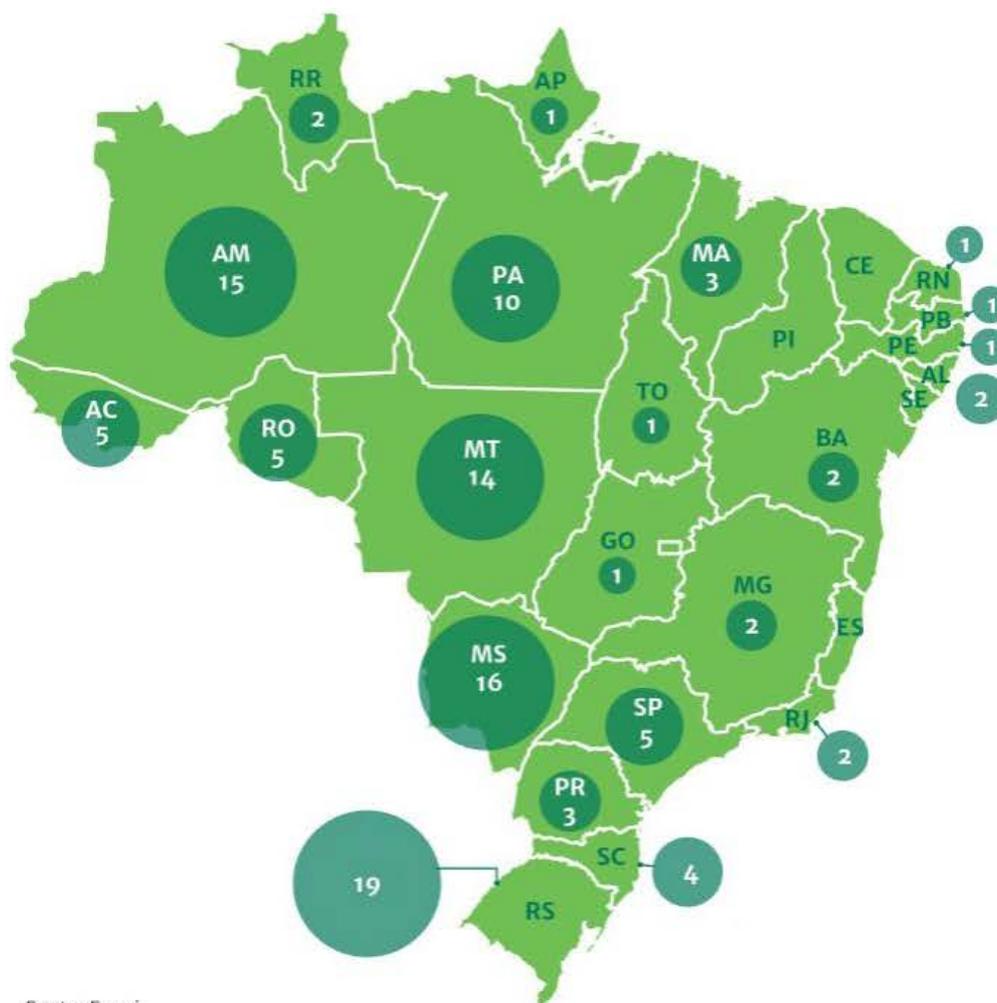


Figura 4. Terras indígenas no Rio Grande do Sul. (fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO RS, 2020).

Porém, apesar de ser a região com menor percentual de populações indígenas, o Rio Grande do Sul é o estado com mais áreas em estudo de demarcação de terras no país (Figura 5), sendo dezenove áreas, no total (KERVALT, 2019). A maior concentração populacional Guarani, no estado, ocorre nas regiões próximas de Porto Alegre, missões e litoral (Figura 4). Nas missões, local onde foram fundadas as “cidades guaraníticas”, vivem pouco mais de 37 famílias, cerca de 200 pessoas, na aldeia Tekoa Koenju (CCDH, 2010). As comunidades Guarani reivindicam hoje: a demarcação de suas terras tradicionais; assistência planejada, digna e diferenciada; participação nas discussões sobre as políticas públicas; cuidado com o meio ambiente; respeito para com sua cultura e suas terras e espaços públicos para a comercialização de seus produtos e artesanatos (CCDH, 2010). Ao longo das últimas décadas o povo Guarani vem consolidando movimentos de luta pelo direito de terem suas terras demarcadas pelo poder público. Querem apenas seus direitos constitucionais e originários. No entanto, a morosidade, a negligência e as promessas não cumpridas têm sido a postura dos órgãos públicos nos últimos anos (CCDH, 2010).



Fonte: Funai

Figura 5. Áreas indígenas em estudo de demarcação no país. (fonte: KERVALT, 2019)

Em formulário gerado através da plataforma do GoogleForms, no dia seis de junho de 2022, foram realizadas perguntas a fim de melhor entender a percepção geral da população acerca dos povos indígenas nos dias atuais. A pesquisa atingiu 134 participantes, de 26 cidades e 6 estados diferentes. Sobre os conhecimentos a respeito das culturas indígenas, maioria disse saber muito pouco, nada ou apenas o básico aprendido na escola. Além disso, a maior parte dos entrevistados (55,2%) disse concordar que a cultura indígena é uma só, e apenas 36,6% discordar desta visão.

3. As práticas culturais dos Mbyá-Guarani

Os Guarani se dividem em quatro diferentes etnias, os Mbyá, Kaiowá, Nandeva e Ache-Guayakí. Todas essas etnias são culturalmente semelhantes, porém com algumas diferenças no modo de falar, praticar a religião e aplicar as técnicas produtivas ligadas às condições locais (SOUZA; VICTAL; BEL, 2016). Em relação aos Mbyá-guaranis, a sua forma de viver está relacionada a uma economia de reciprocidade, onde há a divisão de alimentos, bens e conhecimentos e as relações se constroem através do senso de comunidade, da divisão do trabalho, pela alegria das festas, pelo auxílio e respeito às lideranças e pelo repasse dos conhecimentos através da tradição oral (SOUZA; VICTAL; BEL, 2016). Além disso, essa etnia compreende o sentido da cadeia da vida através de um sistema filosófico no qual a questão fundamental está no processo de “caminhar” e nunca no fim em si ou apenas no resultado final (MADERS; BARCELOS, 2021).

Outra principal característica de sua cultura diz respeito à sua permanente mobilidade. Os motivos de deslocamento são diversos, podendo ser, por exemplo, de ordem espiritual, em busca de liberdade ou até mesmo de subsistência. Para os Mbyá, a mobilidade espacial se estabelece a partir das caminhadas (guatá), em uma busca constante de condições mais adequadas de vida.

Os deslocamentos em família fazem parte do seu modo de ser, gerando mobilidade entre as diferentes aldeias através de caminhadas que acontecem nos espaços reconhecidos por eles como de pertencimento de seus antepassados (DEZORDI, 2016).

Em relação à sua organização, existem três categorias de estrutura dentro da cultura Guarani: Teýy, Tekoa e Guará. A primeira é a Teýy, que é a estrutura social do grupo. Essa concepção se aproxima do nosso conceito de família, porém, para os indígenas, ocorre através da soma de diversas famílias nucleares (congênitas), de pai, mãe e filhos. O Teýy pode ser considerado a "família extensa". O "pai" da família extensa é, geralmente, um avô, sendo o homem de maior prestígio dentro da "Teýy", que pode ser um líder político, religioso ou ambos (SOARES, 1996 apud SOUZA; VICTAL; BEL, 2016). Também associa-se a existência da Teýy ao modo de construir os lugares e a formação do habitat como significado do ser e do existir do povo guarani (SOUZA; VICTAL; BEL, 2016). A segunda categoria diz respeito à Tekoa (Figura 2), que é a organização espacial do lugar através da delimitação de um espaço territorial onde é reproduzido todo o modo de vida guarani. É na Tekoa que está localizada a aldeia, a mata, o rio, a área de agricultura, as casas, espaços para ritual e festas (SOUZA; VICTAL; BEL, 2016).

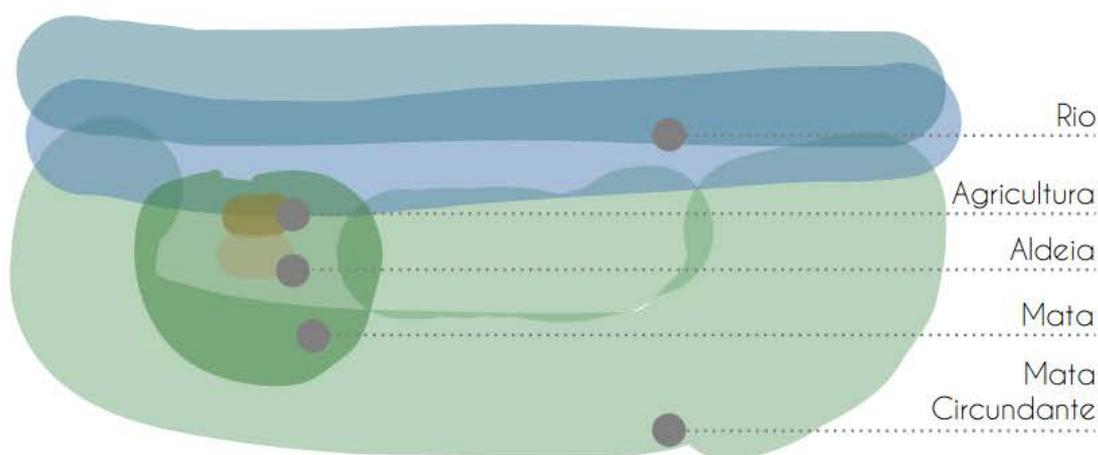


Figura 2. Representação esquemática de uma Tekoa. (fonte: elaborada pelos autores).

Por fim, o "Guará" (Figura 3) se refere à organização territorial regional. Corresponde a uma região formada por uma rede de Tekoas, essa organização é o que permite a comunicação social dos grupos para festas, distribuição de alimentos e a rotatividade de pessoas que se deslocam de uma Tekoa a outra. O Guará representa a consciência de uma identidade regional, baseada em ações de união coletiva, tanto para a sobrevivência quanto para a satisfação das necessidades humanas e espirituais (SUSNIK, 1965 apud SOUZA; VICTAL; BEL, 2016).

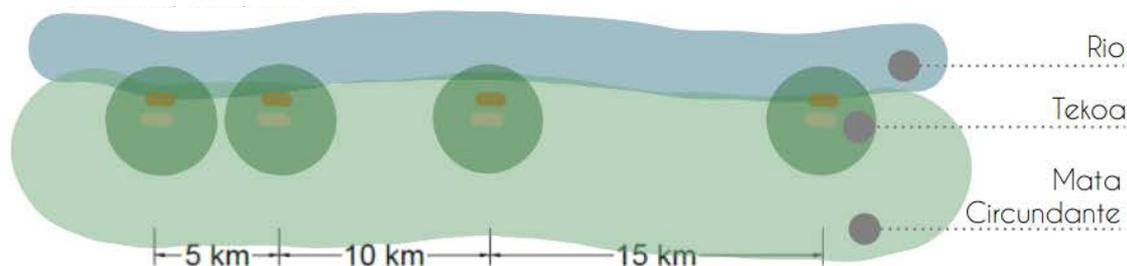


Figura 3. Representação esquemática de um Guará. (fonte: adaptado de SOUZA; VICTAL; BEL, 2016 pelos autores).

A principal atividade de subsistência dos Mbyá é a agricultura, seguido da criação de pequenos animais e da caça de forma eventual. Sua agricultura é produzida por uma técnica chamada de coivara (Figura 4) que não possui localização fixa dentro da aldeia, mudando o local do plantio a cada três anos, para que a terra possa se recuperar e voltar a produzir no futuro. Esta técnica

também é a causa da organização do grupo em pequenos povoados, pois não permite o desmatamento de grandes áreas (SOUZA; VICTAL; BEL, 2016).



Figura 4. Representação esquemática da técnica de coivara. (fonte: adaptado de SOUZA; VICTAL; BEL, 2016 pelos autores).

O fogo também é um elemento muito importante no cotidiano Guarani, pois é ao redor dele que as pessoas se reúnem, conversam, se aquecem e preparam os alimentos. As práticas religiosas são frequentes e se estendem por muitas horas, acontecendo dentro da casa de reza (*opy*) ou nos espaços externos próximos a ela (LADEIRA, 2001). O canto e a dança também estão vinculados à espiritualidade e à manutenção dos costumes tradicionais. Estas práticas acontecem em torno do fogo de chão, em frente ao pátio da casa de reza (DEZORDI, 2016).

Os Mbyá mantêm sua língua viva, sendo a transmissão oral o mais eficaz sistema na educação das crianças, na divulgação de conhecimentos e na comunicação, constituindo-se a língua no mais forte elemento de sua identidade. Poucos Mbyá falam o português com certa fluência. Crianças, mulheres e idosos são, em grande parte, monolíngues (LADEIRA, 2001). A língua Mbyá Guarani foi reconhecida como patrimônio imaterial da humanidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014).

O artesanato é o principal meio de fonte de renda da maioria das famílias Mbyá e, portanto, implica em várias etapas de trabalho. O produto é um bem que pertence à família (família nuclear) em todos os seus aspectos (criação, valor, etc.), sendo de sua responsabilidade todo o processo de realização, desde a coleta da matéria prima até a venda do produto final. As tarefas são distribuídas entre os membros da família, segundo critérios de idade, sexo e aptidão (LADEIRA, 2001).

4. A arquitetura Mbyá-Guarani, seus materiais e técnicas construtivas

Devido à singularidade do grupo étnico estudado e a especificidade de sua localização (Rio Grande do Sul), as informações relacionadas à arquitetura e técnicas construtivas são limitadas. As soluções construtivas indígenas buscam atender as necessidades básicas da vida em comunidade, levando em conta características locais de clima, topografia e recursos naturais. As formas das moradias são leves, fáceis de construir e de razoável durabilidade, utilizando a matéria-

prima local (COSTA; MALHANO, 1987 apud ZANIN, 2006). Nas culturas autóctones, a maior parte das atividades é realizada dentro da casa ou no seu entorno imediato, sendo os demais edifícios voltados para o sagrado, já que a religião se encontra profundamente conectada a todos os outros aspectos de suas vidas (RAPOPORT, 1972 apud ZANIN, 2006).

Para os indígenas, a relação que se estabelece com a distribuição formal é muito mais flexível do que a da nossa sociedade, que especifica o uso dos espaços para apenas uma atividade. Para eles, as atividades acontecem dentro de um espaço integrado, não compartimentado, sendo possível utilizar o mesmo local para diferentes fins. A casa, por exemplo, possui apenas um espaço interno, onde ocorrem atividades como o preparo e ingestão dos alimentos, como também o descanso noturno (ZANIN, 2006).

A casa é vista por eles como uma representação da floresta, uma vez que dela são retirados os materiais a serem utilizados, que acabam por retornar à floresta fazendo parte da construção, sendo assim, a casa é a própria floresta, portanto, o próprio território (MEDRANO 1992 apud ZANIN, 2006). Sendo assim, para falar da arquitetura dos Mbyá-Guarani devemos analisar alguns aspectos referentes não só aos seus materiais e técnicas construtivas, mas também às questões de condicionantes locais e culturais ponderadas por eles. Algumas características de implantação influenciam diretamente a localização escolhida para as casas. Observa-se que, geralmente, encontram-se próximas às bordas das matas e de cursos d'água. Entretanto, não há uma regra fixa, ainda que esta escolha de implantação pareça estar interligada à proteção contra os ventos de inverno, oferecida pela mata e às atividades cotidianas atribuídas ao rio, como a pesca, o banho e os momentos de lazer (ZANIN, 2006).

Quanto à organização social Mbyá, percebe-se que a distribuição das casas pelo sítio ocorre de acordo com as relações de parentesco e afinidade dos moradores da aldeia. Cada família determina onde será sua casa, uma vez que a localização é um fator muito importante, tanto por seus aspectos físicos, como a topografia local, quanto pela relação de proximidade entre as famílias (ZANIN, 2006). Já a localização da Casa de Rezas (opy), é definida pelo líder espiritual (opyguá) visto que existem elementos simbólicos relacionados às divindades e a cosmologia que configuram o ambiente onde esta edificação deve ser construída (ZANIN, 2006).

A posição da porta de acesso das habitações deve estar voltada para o lado em que nasce o sol (leste) e para os ventos de verão, oriundos do norte e do leste. A orientação solar também é definida segundo a relação cosmológica, de forma que a porta de entrada deve volte-se para o nascente, morada de Karaí, divindade que atende às necessidades diárias dos indígenas. Por outro lado, a porta de entrada nunca deve estar voltada para sul, de onde vem os ventos e as chuvas predominantes de inverno (ZANIN, 2006). A forma da casa tradicional Mbyá Guarani configura-se por paredes cobertas por um telhado de duas águas, com beiral que quase toca o solo e dimensão reduzida (aproximadamente 12 metros quadrados para famílias menores - por volta de quatro pessoas - e de 20 a 24 metros quadrados para famílias maiores - com cinco ou mais pessoas).

Quando a casa é construída no modelo tradicional, a única abertura para o exterior é a porta de acesso. A dimensão reduzida da porta não respeita os códigos de edificações das prefeituras municipais, atendendo apenas a restrições culturais, sendo menor que a pessoa, para que ao entrar na edificação ela se curve em sinal de respeito, marcando, também, a transição entre o espaço público e privado (ZANIN, 2006). O condicionamento térmico, ocasionado pelas paredes de barro, torna os ambientes menores mais eficientes, devido ao próprio calor humano e ao uso do fogo de chão.

Esse modelo de residência possui apenas um ambiente interno, que serve de abrigo noturno e proteção contra intempéries, sendo utilizada também para realização dos afazeres domésticos, como cozinhar, e para interação social durante à noite, através, por exemplo, de conversas junto ao fogo. Durante o dia, se as condições climáticas permitem, as atividades são realizadas no pátio e demais ambientes da aldeia. Dentro da casa, a maioria dorme no chão, ainda que alguns

construam camas utilizando, inclusive, a própria estrutura da casa. As casas também não possuem banheiro e as necessidades fisiológicas são feitas no mato (ZANIN, 2006).

A casa tradicional é composta por elementos naturais que têm a propriedade, segundo as crenças dos Mbyá, de proteger o espírito, como o cerne da madeira da Guajuvira, árvore encontrada no sul do país. Para os Mbyá-Guarani, a casa tradicional é uma proteção espiritual, por isso é importante que cada família tenha uma. Quando chove muito ou cai granizo, as famílias se abrigam dentro de suas casas tradicionais, onde se sentem seguras. A proteção espiritual explica, em grande parte, a preferência pela casa tradicional, construída com os materiais orientados pelas divindades (ZANIN, 2006).

Este modelo de casa é reconhecido pelos Mbyá como a tipologia ideal quando se fala em conforto térmico, que relatam que no verão a casa permanece fresca, enquanto no inverno mantém-se quente. Isto pode ser explicado não só pelas paredes de terra, com a técnica construtiva de pau-a-pique, como também pela dimensão reduzida da edificação, a presença de várias pessoas dentro dela e, ainda, o fogo aceso no chão. Alguns indígenas contam que o telhado também tem seu papel na manutenção da temperatura dentro da edificação, através da espessa camada criada com matéria orgânica e ar, através da sobreposição destes materiais (ZANIN, 2006). Por ser um elemento constantemente presente no cotidiano dos guaranis, o fogo (Figura 76) se torna um importante condicionante da habitação tradicional Mbyá. O fogo desempenha diversas funções, mas, dentro da habitação sua função principal é a de aquecer o ambiente e diminuir a umidade do ar nos dias úmidos de inverno (ZANIN, 2006).

A ventilação ocorre através do telhado, composto de materiais orgânicos, que cria uma camada de ar, mantendo a temperatura interna. É também devido a esta camada de ar da cobertura que o uso do fogo dentro da residência se torna viável, pois permite que a fumaça saia pela cobertura (ZANIN, 2006). O ambiente interno das casas é considerado escuro, dependendo dos materiais utilizados no telhado, ainda que o fogo seja utilizado como um recurso lumínico pelos Mbyá. A cobertura com camadas grossas de capim impede a entrada de luz, já no caso das coberturas em taquara, a luz do sol é capaz de se infiltrar através da sobreposição das lâminas. Porém, a relação com a luminosidade da casa também diz respeito aos hábitos culturais, pois utilizam os espaços externos e coletivos quase sempre, quando as condições climáticas permitem. (ZANIN, 2006).

A estrutura das construções é sempre feita de madeira e a fundação é parte da própria estrutura. O tipo de madeira utilizada leva em consideração tanto sua durabilidade, como também aspectos simbólicos relacionados à cosmologia e a disponibilidade na região (ZANIN, 2006). Para a vedação pode-se utilizar diferentes materiais, e o que o define é o acesso a eles, visto que muitos materiais não tem mais sido encontrados dentro das próprias aldeias. O fechamento das paredes pode ser feito com taquara mansa (takua ete í) ou madeira roliça para a estrutura de pau-a-pique - técnica mais utilizada na área de intervenção. O Capim Santa Fé (capi) é utilizado na cobertura, mas também pode ser utilizado para o fechamento de paredes, o fato de não serem encontradas muitas construções com este material se dá devido à sua escassez (ZANIN, 2006). As amarrações (ojokuaá) da cobertura e das paredes, são feitas com cipó, com a técnica de enlaçamento. O revestimento com terra crua (yvy ó) é de fácil acesso, pois o barro é retirado do próprio local e assim as casas refletem a tonalidade do solo onde estão inseridas. O piso da casa também é de chão batido, o que permite o uso do fogo, pelo aquecimento do solo (ZANIN, 2006).

No entanto, edificações inteiramente construídas com materiais tradicionais são cada vez menos frequentes, pois, muitos deles, encontram-se escassos devido às degradações ambientais e uso intensivo do solo, sofridos pelas áreas onde hoje encontram-se as aldeias (ZANIN, 2006). Contudo, como dito pela designer, especialista em tecnologias locais baseadas na natureza, Julia Watson (2022): “As tecnologias indígenas não estão perdidas nem esquecidas, apenas escondidas pela sombra do progresso nos lugares mais remotos da Terra”.

4.1 Escolas indígenas

A Constituição Federal do Brasil, de 1988 (BRASIL, 1988), é um documento muito importante para os povos indígenas, pois traz capítulos inteiros que tratam de questões relacionadas a eles, colocando-os em situação de igualdade e horizontalidade perante a população brasileira, reconhecendo a pluralidade de culturas, o respeito à diversidade e a proteção das minorias indígenas (MUNDURUKU, 2012). Na década de 90, a partir dos direitos reconhecidos por ela e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, iniciou-se uma nova etapa na educação indígena no Brasil, através do reconhecimento de especificidades culturais e identidades étnicas como condicionantes de uma educação que respeite a diversidade indígena do país. (TASSINARI, 2021).

Portanto, só a partir deste momento começa-se a pensar em escolas específicas, diferenciadas e interculturais para os povos indígenas, ao mesmo tempo em que a infraestrutura escolar e o espaço físico das escolas são questionados buscando entender a forma como poderiam proporcionar o processo de aprendizado aos alunos. Para os Guarani, todos os espaços da comunidade fazem parte da aprendizagem: a mata, a opy (casa de reza), a roça, o rio (ZANIN, 2018). As crianças aprendem não só dentro de espaços específicos, como a sala de aula tradicional, mas também em todos os locais da aldeia e através de todas as experiências cotidianas.

Para os Mbyá, a verdadeira escola é quando todos se reúnem ao fim da tarde, na volta do fogo e os mais velhos contam histórias passadas e aconselham os mais jovens, fortalecendo os costumes e tradições. As crianças possuem grande autonomia e liberdade de ir e vir, raramente pode-se ver alguma delas chorando e brigando por algo (DEZORDI, 2016). Desta maneira, cada comunidade deve expressar como deseja que a escola dentro de sua aldeia funcione, tanto em questões arquitetônicas, como referentes ao ensino. Há também muita contradição entre diferentes comunidades, enquanto umas são totalmente abertas à construção de escolas indígenas em suas terras, outras se posicionam contra, por considerar que a escola altera suas tradições, influenciando as crianças e adolescentes a desenvolver comportamentos que não fazem parte de sua cultura (ZANIN, 2018).

5. Trajetória até a consolidação da aldeia Tekoa Pyaú em Santo Angelo – RS

Antes de se estabelecerem em Santo Ângelo, as famílias da Tekoa Pyaú moravam na aldeia Tekoa Koenju, situada no município de São Miguel das Missões. Neste contexto, Floriano Romeu, atual líder religioso da Tekoa Pyaú, chegou a ter grande influência política dentro da comunidade Tekoa Koenju, mas acabou optando por mudar-se de lá com sua família para reencontrar-se com os antigos costumes e o verdadeiro modo de ser Mbyá (DEZORDI, 2016). Segundo Floriano, a vida que levava na aldeia de São Miguel o influenciou a se distanciar do modo de vida tradicional Guarani conforme relatou em entrevista para Dezordi (2016): “[...] tinha tudo que o homem branco tem, e isso não trouxe boas coisas. Tinha carro, televisão, parabólica, telefone, não tinha mais o sistema tradicional. Saímos só com umas peça de roupa numa sacola”.

Após sair de São Miguel, em meados de 2008, Floriano se muda para a Argentina com a família, de onde mantém contato com Paulo Joel Bender Leal, advogado de Santo Ângelo envolvido com a causa indígena desde a década de 1990, para auxiliar na sua volta ao Brasil. Foram então organizadas as primeiras reuniões com o prefeito e com o secretário do Meio Ambiente de Santo Ângelo em 2013 com o objetivo de buscar um espaço para estabelecer a família de Floriano no município (DEZORDI, 2016). Após diversas tratativas com a Prefeitura Municipal, a família foi inicialmente recebida inicialmente em um terreno de 2,5 hectares pertencentes ao distrito de Atafona – Barra do São João, localizado na zona rural do município (Figura 5), a cinco quilômetros da zona urbana (DEZORDI, 2016).



Figura 5. Mapa de localização da terra provisória e terra atual da Tekoa Pyaú. (fonte: elaborado pelos autores).

Neste local eles viveram acampados entre julho de 2013 e janeiro de 2016. A situação no acampamento era precária, com casas improvisadas com lona preta, taquaras e pedaços de madeira de eucaliptos, em um terreno de terra vermelha batida, próximo de animais como galinhas, cachorros, gatos (DEZORDI, 2016). Neste período se seguiu a busca por um terreno permanente, escolha essa que foi feita pelos próprios indígenas da aldeia de acordo com os locais disponíveis e visando manter o seu modo de vida (DEZORDI, 2016). Em março de 2014 teve início o percurso jurídico para reconhecer a área escolhida pela comunidade como terra indígena guarani, a qual foi adquirida com verbas destinadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Ministério Público Federal (MPF), em nome da Associação Indígena Guarani Tekoa Pyaú. Foi realizada, então, a aquisição de quinze hectares de terra localizada na Ressaça da Buriti, no município de Santo Ângelo e em cinco de outubro de 2016 ocorreu a assinatura da escritura da área de terra.

A escolha da localização da aldeia em Santo Ângelo é bastante simbólica, sendo este o maior município da região missioneira, com área territorial de 679.340km² e uma população de 76.275 habitantes (IBGE, 2010). A aldeia Tekoa Pyaú possui 15 hectares de área e localiza-se na zona rural do município. O acesso ao sítio se dá através de estradas vicinais, com pavimentação asfáltica da zona urbana até a Buriti (14km), um pequeno trecho em calçamento (1km) e estrada de chão batido no restante do percurso (10km), somando uma distância de, aproximadamente, 25km. Neste contexto, o Distrito da Buriti (Figura 5), tem uma população de 685 habitantes e está localizado a 13 quilômetros do município de Santo Ângelo, com acesso pela Rodovia Elóy Nelson Pedrazza, popularmente conhecida como Estrada da Buriti (SANTO ÂNGELO, 2014). Inserida na zona rural da cidade, a região é conhecida pelo cultivo de grãos como trigo, soja, milho e feijão, e pela criação de suínos, bovinos e aves. Além disso, já possui uma infraestrutura urbana básica, com minimercados, armazéns, lanchonetes, uma indústria de cerâmicas e um posto de saúde, que ajudam a movimentar a economia local. O distrito também tem uma escola de ensino médio e uma escola de ensino fundamental, onde as crianças e adolescentes da aldeia frequentam as aulas.



Figura 5. Mapa de distância da aldeia até os principais equipamentos (fonte: GoogleEarth, 2022 adaptado pelos autores).

O entorno da aldeia é composto, majoritariamente, por paisagens naturais, além da edificação da Barca dos Bender, poucas residências de apenas um pavimento e galpões para abrigar animais e máquinas agrícolas de proprietários rurais que trabalham no campo. Para melhor compreensão da área em estudo, realizou-se um levantamento de todos os equipamentos existentes no local (Figura 6), através de imagens aéreas e visitas in loco, tendo em vista, também, que a proposta deve respeitar os equipamentos existentes e se conectar a eles. Além disso, foram realizadas imagens aéreas com drone, visto que as imagens de satélite mais atualizadas são de 2020, não registrando novas construções e modificações posteriores nas edificações, e não tem uma resolução tão precisa para a análise do terreno.

A comunidade possui 70 habitantes, sendo 36 crianças, de 0 a 14 anos, e 34 adultos. A expansão máxima prevista para a aldeia é de até 150 habitantes, acima deste número a população se divide para formar uma nova aldeia por questões de espaço. Possuem áreas de plantio, chiqueiro para criação de porcos e galinhas que ficam soltas pelo terreno. As edificações existentes são as residências das famílias e a casa de reza (opy). As casas não possuem banheiros privativos, nem sala e cozinha. Existem apenas banheiros de uso coletivo da aldeia, com dois sanitários e dois chuveiros para toda a comunidade. Há também uma edificação que foi construída para ser o centro comunitário, mas está sendo provisoriamente utilizada como escola, com turmas da pré-escola ao quinto ano. A partir do sexto ano as crianças passam a frequentar as escolas de ensino fundamental e médio da Buriti e fazem o percurso diário com o transporte escolar disponibilizado pela prefeitura. Também há uma espécie de galpão aberto, onde os indígenas fazem suas reuniões coletivas. As casas existentes na aldeia são construídas algumas em barro, com os materiais e as técnicas tradicionais dos Mbyá e outras em madeira, que foram construídas pela prefeitura, porém estas não possuem bom conforto térmico, conforme os próprios moradores mencionam.

Em conversa com o cacique da Tekoa Pyaú, foi relatado o desejo por espaços construídos com os materiais originais, pois, além de os aproximar de sua cultura, lhes traz autonomia pelo fato de que conhecem e dominam a técnica construtiva. Entretanto, o cacique também se mostrou aberto a todos os tipos de materiais e técnicas que poderiam ser ensinadas para uso na aldeia:

Na nossa cultura é interessante a gente construir tudo aquilo feito originalmente, nós podemos construir com nossos materiais, aí a gente pode construir nossa própria oficina. [...] Podemos também fazer duas culturas diferentes, a telha vai ser dos juruá (brancos, não indígenas) e o fechamento vai ser dos guaranis.



LEGENDA

- | | | |
|---|--|--|
| ● Residências | ● Sanitários | ● Chiqueiro |
| ● Plantações | ● Escola | ● Vegetação |
| ● Opy | ● Galpão | ● Rio Ijuí |

Figura 6. Organização da aldeia (fonte: imagem do Google Earth, 2000 adaptado pelos autores).

Além disso, identifica-se que dentro da aldeia não há a infraestrutura considerada básica para o pleno desenvolvimento de qualquer povo. Logo na primeira conversa com a comunidade foi possível perceber a demanda urgente por espaços de convívio, lazer, saúde, educação, trabalho e moradia, mostrando-se necessário pensar em uma proposta que seja capaz de atender às necessidades cotidianas desta população, criando locais apropriados para cada demanda. Em relação à saúde, a comunidade é atendida dentro da própria aldeia pelos profissionais de saúde. Porém, não possuem nenhum edifício destinado a estas instalações e em casos mais graves de doenças, ou gravidez, precisam sempre se deslocar até o hospital da cidade que fica a aproximadamente 28 quilômetros de distância.

Conforme explicado durante uma visita técnica realizada na escola estadual indígena da aldeia de São Miguel das Missões, estas dificuldades acabam acarretando em altas taxas de evasão escolar, o que poderia ser solucionado, ou pelo menos minimizado, com a criação de escolas indígenas dentro das próprias comunidades. A mesma situação foi confirmada durante a mesa redonda do Programa de Inclusão Indígena da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), quando uma estudante indígena relatou que enfrentou situações de dificuldade ao chegar na graduação, devido a adaptação, a escola indígena e a escola “normal” terem suas diferenças e,

também, a ter se deparado com disciplinas da graduação que ela nunca tinha estudado na escola (WEB TV IFFar, 2022).

O programa de necessidades foi desenvolvido junto com a comunidade, incluindo-os em todas as etapas de definição dos espaços. Dessa forma, entra em acordo com o conceito de desenho social, que significa trabalhar com as pessoas ao invés de trabalhar para elas, já que as envolve nos processos de determinação dos espaços que utilizarão. Esta participação pode estar limitada entre cliente e arquiteto, como também pode ocorrer quando os próprios usuários constroem suas edificações. Para a eficiência do desenho social, o projetista precisa realizar uma pesquisa social, interagindo com os usuários em linguagem acessível. A probabilidade de que os usuários envolvidos neste processo se sintam satisfeitos é maior, por terem a oportunidade de expressar suas preferências (GIFFORD, 1997 apud ZANIN, 2006).

Por tanto, a fim de elaborar um programa de necessidades colaborativo, este foi desenvolvido através de conversas com a comunidade, especialmente com o cacique da aldeia, onde as principais demandas foram expostas por eles. Especificamente, para o edifício escolar, buscou-se uma forma de envolver as crianças no processo participativo, com o objetivo de entender o que elas esperam deste espaço. Por tanto, foram instigadas a responder a seguinte pergunta: “o que a escola significa para você?”, a pergunta ocasionou muitas risadas e brincadeiras, entretanto, as respostas fornecidas por eles demonstram que percebem a importância deste espaço de aprendizagem em seu cotidiano e podem ser representadas como um lugar de “brincar”, “aprender”, “ler”, “escrever”, “desenhar” e “estudar”.

Também foi solicitado, para as crianças, que desenhassem sua “escola ideal”, pois esta seria uma forma de aproximar-se do olhar dos pequenos usuários sobre o espaço que ocupam diariamente. No momento em que se pediu que fizessem o desenho, antes que lhes fosse entregue as folhas de ofício, todas as crianças saíram correndo em direção à uma torneira presente em meio a área externa, para lavar as mãos antes de desenhar. Em seguida, correram para suas casas e voltaram com livros e cadernos nas mãos para usar como apoio. Então, pegaram seus lápis de cor e sentaram-se todos juntos para realizar a tarefa. Os mais velhos ficaram constantemente prestando atenção aos mais novos, para os ajudar a finalizar seu trabalho. Observando os desenhos (Figura 7), nota-se que todas as crianças desenharam suas escolas com o telhado triangular em duas águas, reforçando o aspecto construtivo das edificações que possuem dentro da aldeia.



Figura 7. Exemplos de escola ideal desenhada pelas crianças da aldeia

Dessa forma, através da participação da comunidade chegou-se às seguintes intenções projetuais: valorizar a cultura Mbyá Guarani, elevando a qualidade de vida dos moradores da aldeia; propor edificações que respeitem o contexto local e se conectem ao entorno e à natureza; contribuir para a autonomia financeira, através de espaços para receber turistas e salas para oficinas ministradas por eles, além de local para exposição e venda do artesanato; propor um edifício educacional, visando melhorar a qualidade de ensino das crianças e adolescentes e a possibilidade de realização das oficinas; suprir a carência de espaços de uso coletivo através do centro comunitário e áreas externas; utilizar materiais naturais, locais e presentes na cultura da comunidade; Tornar a proposta econômica, através dos materiais e técnicas adotados; priorizar a

participação da comunidade em todas as etapas de projeto e construção; Promover maior integração da comunidade com o restante do município através do preparo para os níveis superiores de ensino e qualificação na busca por emprego; e projetar espaços fluídos e com flexibilidade de usos.

Além disso, foi definido como condicionantes de projeto o respeito ao contexto local e à organização socioespacial da própria comunidade Mbyá Guarani e os aspectos técnico-construtivos, materialidades e dimensionamentos, conforme técnicas e matéria prima local. Adicionalmente, reforça-se a necessidade de considerar as infraestruturas preexistentes e sua integração com as novas edificações, assim como os condicionantes das legislações pertinentes e os aspectos ambientais, respeitando a topografia e o clima local, a vegetação existente e a proximidade do rio Ijuí.

6. Considerações finais

Intervenções na configuração espacial de uma comunidade podem prejudicar a relação social e produtiva, especialmente quando realizam alterações na distribuição socioespacial (ZANIN, 2018). Por isso, é de extrema importância incluir a comunidade envolvida no processo de projeto, como também em todas as suas etapas. Além disso, a noção de autonomia, referindo-se à capacidade dos povos indígenas de não necessitar da intervenção de terceiros ou dos próprios órgãos governamentais para sua subsistência, também é um mecanismo essencial para que a aldeia alcance a autosuficiência financeira. Um dos elementos centrais para a efetivação desse desejo é o início de vários projetos coletivos de autogestão territorial, que devem impulsionar e subsidiar o processo de reconstrução da autonomia (LUCIANO, 2006) É com este intuito que reforça-se a importância de projetar espaços onde possam ser ministradas oficinas pelos próprios indígenas para os não indígenas, bem como criar espaços qualificados para a confecção e venda do seu artesanato. Contudo, além da autonomia financeira, também deve haver uma preocupação com a autonomia construtiva, buscando projetar edifícios que utilizem materiais e técnicas originais da cultura Guarani, para que a própria comunidade tenha a liberdade de edificar os espaços projetados, se assim for de seu desejo.

7. Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a América Latina**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1999
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil, 1988
- COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS (CCDH). **Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, Inter etnicidade, sobreposições e direitos específicos**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2010
- DEZORDI, Estelamaris. **Aqui plantamos uma semente: o surgimento da Tekoa Pyaú em uma comunidade Mbyá estabelecida no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul**. 2016. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Quem são?** 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao#:~:text=A%20atual%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%20brasileira,habitam%20as%20zonas%20urbanas%20brasileiras>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Demarcação de terras indígenas**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- GARBOSSA, Gustavo Mühl; SCHIER, Dirlei Afonso. Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul e Viagem de Estudos. **Caderno Intersaberes**, v.7, n.12, 2018

- GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santo-angelo.html>. Acesso em: 30 mai. 2022
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Língua M'Byá Guarani**. 10 de novembro de 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/182/>. Acesso em: 26 mar. 2022
- KERVELT, Marcelo. RS é o estado com mais áreas em estudo de demarcação de terras indígenas. **Zero Hora**, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2019/01/rs-e-o-estado-com-mais-areas-em-estudo-de-demarcacao-de-terras-indigenas-cjr0ym6bz01uw01uka7a3w22y.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guaran-mbya: significado, constituição e uso**. Tese de Doutorado em Geografia Humana – FFLCH/ Universidade de São Paulo – USP, 2001
- LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1)
- MADERS, Sandra; BARCELOS, Valdo. Interculturalidade, colonialidade e povo Guarani – a busca da Terra sem Males. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n.48, p. 109 - 127, jan./abr. 2021
- MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012
- PIMENTEL, Spensy. **O índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas**. São Paulo: Prumo, 2012
- PORTELA, Fernando; MINDLIN, Betty. **A questão do índio**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2008
- SANTO ÂNGELO. **Parcelamento do Solo Urbano no Município de Santo Ângelo**. Lei nº 3.901, de 07 de outubro de 2014. Santo Ângelo, 2014
- SANTOS, Fabrício Barroso dos. Sete povos das Missões. **Brasil Escola**, 2017. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/povos-das-missoes.htm>. Acesso em 30 de maio de 2022
- SCIENZA, Guilherme Paiva. Sete Povos das Missões. Biblioteca Borges de Medeiros, 2018. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5es>
- SILVA, Daniel Neves. "O que eram os Jesuítas?". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-eram-os-jesuitas.htm>. Acesso em 30 de maio de 2022
- SOUZA, Adelita Araujo de; VICTAL, Jane; BEL Joaquín Sabaté. **Lógica de organização territorial guarani: concepções do modo de ser**. Labor & Engenharia, São Paulo, v.10, n.3, p.249-267, jul./set., 2016
- TASSINARI, Antonella et al. Educação, infância e diversidade: desafios à antropologia e às políticas públicas. In: MONTARDO, Deise Luci; RUFINO, Márcia Regina. **Saberes e ciência plural: diálogos e interculturalidade em antropologia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021
- ZANIN, Nauíra Zanardo. **Abrigo na natureza: construção mbyá-guarani, sustentabilidade e intervenções externas**. 2006. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ZANIN, Nauíra Zanardo. **Intervenções arquitetônicas junto a povos indígenas: processo de projeto, apropriação e uso de ambientes escolares**. 2018. Tese (doutorado) - Programa de

Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis, 2018.